

# RAZÕES DE SOBRA PARA SE CRIAR A COMISSÃO DA VERDADE DA USP

Camila Rodrigues da Silva  
Jornalista

Agência Estado/1977



*O reitor Gama e Silva constituiu já em 1964 uma comissão secreta para investigar atividades “subversivas” na USP. Compunham-na os docentes Moacyr Amaral dos Santos (FD), Jerônimo de Campos Freire (FM) e Theodureto de Arruda Souto (EP). A íntima articulação e cumplicidade entre as estruturas de poder da Universidade e a Ditadura Militar intimidavam docentes e estudantes e facilitavam a ação do aparato de repressão política, como demonstra a troca de correspondência oficial entre reitores, diretores e o DOPS*

A Ditadura Militar articulou meios de perseguição e repressão institucional dentro da USP. A primeira ação foi já em 1964, quando o então reitor Luiz Antonio Gama e Silva constituiu uma comissão especial, secreta, para investigar atividades “subversivas” na USP. Foram escolhidos para essa tarefa os professores Moacyr Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito (FD), Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina (FM) e Theodureto I. de Arruda Souto, da Escola Politécnica (EP), segundo o *Livro Negro da USP*, lançado em 1978 pela Adusp (e reeditado em 2004 como *O Controle Ideológico na USP*).

O relatório final dessa comissão sugeriu a suspensão dos direitos políticos de 52 pessoas, 21 das quais (40%) eram da FM. A partir dessa lista, foram instaurados inquéritos policiais militares que serviram de base para abrir proces-

sos nos tribunais militares. Ao todo foram indiciados onze professores da Medicina: Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Erney Plessman de Camargo, Luiz Rey, Julio Puddles, Michel P. Rabinovitch, Pedro Henrique Saldanha, J.M. Tacques Bittencourt, Nelson Rodrigues dos Santos, Reynaldo Chiaverini, Israel Nussenzveig e Thomas Maack — todos estes submetidos mais tarde a julgamento e absolvidos. Na lista de docentes de outras unidades de ensino estavam incluídos nomes como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, da Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras (hoje FFLCH); João Batista Villanova Artigas, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; e Paul Singer, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas.

Antes mesmo da conclusão do inquérito, o então governador de São Paulo Adhemar de Barros utilizou

as prerrogativas do Ato Institucional (o primeiro, ainda sem número) para demitir seis professores da Faculdade de Medicina: Luiz Hildebrando, Pedro Saldanha, Júlio Puddles, Erney Plessmann, Reynaldo Chiaverini e Thomas Maack, além do médico-assistente Luiz Rey. As demissões se deram por decreto publicado no *Diário Oficial* de 10 de outubro de 1964. Somente Saldanha seria readmitido. Maack foi ainda impedido de matricular sua filha na creche do Hospital das Clínicas, segundo relato do hoje psicanalista Reinaldo Morano Filho, à época presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC).

Em 1968, quando se iniciaram as torturas e assassinatos de militantes das organizações da luta armada, foram publicados dois decretos para promover a aposentadoria compulsória e imediata de professores de diversos institutos da universidade — desta vez, sem a instauração de nenhum inquérito, diferentemente do ocorrido em 1964.

Tais perseguições não seriam possíveis sem a presença de informantes e colaboradores do regime militar. O clima de terror instaurado na Universidade após o AI-5, com o expurgo das lideranças acadêmicas mais críticas e dinâmicas, eliminou a possibilidade de continuar um debate democrático sobre a reforma universitária, que havia se iniciado nas duas décadas anteriores.

A intensa repressão ao movimento estudantil da USP nas décadas de 1960 e 1970, cujos resultados foram prisões, extradições, torturas de estudantes e professores, além das aposentadorias compulsórias decretadas em 1969, foi facilitada pela ín-

tima articulação entre as estruturas de poder da Universidade de São Paulo e o aparato repressivo do Estado militar. Um órgão de mediação foi criado para facilitar o trânsito de informação: a Agência Especial de Segurança e Informação (AESI, vide *Revista Adusp* 33, p. 37).

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) organizou, entre 1959 e 1975, pastas relacionadas aos diversos institutos e faculdades da USP, com a correspondência trocada entre os delegados e diretores da Universidade, interrogatórios de estudantes, listas de professores investigados e recortes de jornais. Documentos acessíveis no Arquivo do Estado de São Paulo denunciam parte dessas relações de proximidade entre a universidade e o regime militar — e as lacunas dessa história só serão preenchidas com relatos de quem viveu a época.

***Gama e Silva foi personagem importante do regime militar e um dos autores do AI-5. Eleito reitor em 1963, o catedrático do Direito permaneceu no cargo até 1969, cumprindo, assim, o mandato mais longo da história da USP***

Desde o golpe de 1964, expoentes da burocracia da universidade acumularam cargos em outras esferas públicas do Estado. São exemplares os casos dos reitores

Luís Antônio Gama e Silva e Miguel Reale e do vice-reitor Alfredo Buzaid, todos oriundos da FD. Gama e Silva foi um personagem importante do regime militar no período de transição entre a “ditadura envergonhada” e a “ditadura escancarada”, se adotarmos a divisão histórica de Elio Gaspari em sua tetralogia sobre o período. Eleito reitor em 1963, o catedrático do Direito permaneceu no cargo até 1969, cumprindo, assim, o mandato mais longo da história da USP.

Ainda em 1964, ocupou o cargo de ministro da Educação interinamente. Em 1967, passou a acumular o cargo de reitor com o de ministro da Justiça do governo Costa e Silva e, como tal, foi o principal redator do Ato Institucional número 5 (AI-5), que decretou recesso do Congresso Nacional e eliminou os direitos políticos dos cidadãos brasileiros, em 1968. Delfim Netto, professor de Economia da USP, tornou-se ministro poderoso e foi um dos signatários e entusiastas do AI-5.

Em abril do ano seguinte, um decreto presidencial reorganizou o Ministério da Justiça, incumbindo o titular de formular a política do governo federal para manutenção da ordem jurídica e da segurança interna do país, o que ampliou a influência de Gama e Silva no governo. Somente nesse momento é que ele foi substituído na Reitoria por Miguel Reale.

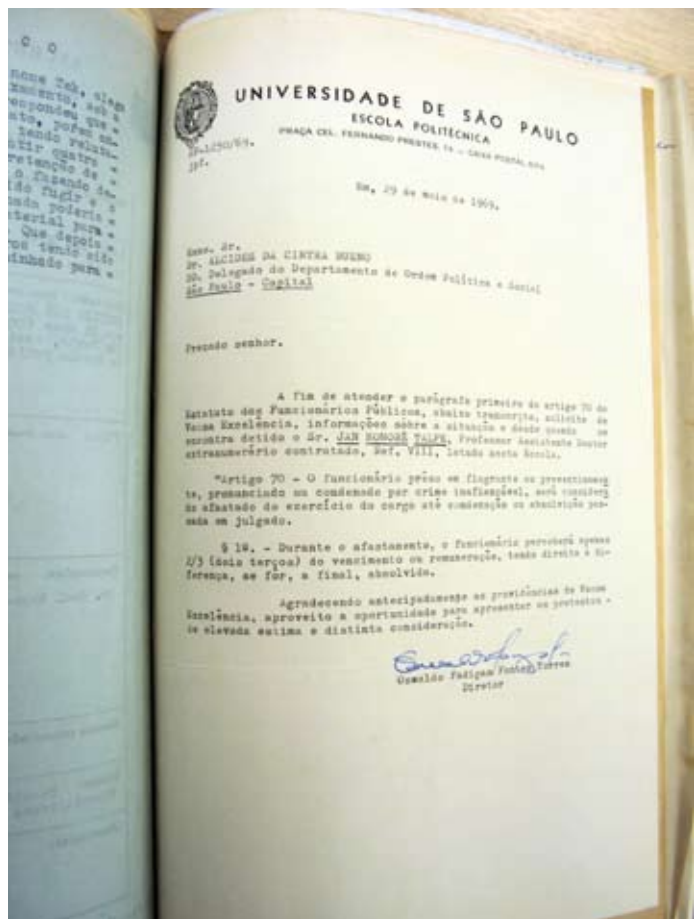
Antigo integralista, Reale já havia sido reitor da USP entre 1949 e 1950 e, assim, como seu antecessor, esteve muito próximo da Presidência da República. No ano em que assumiu a Reitoria (1969), foi incumbido pelo ditador Costa e Silva

de rever a Constituição de 1967. No mesmo período, implantou a reforma universitária com a substituição das cátedras pelos departamentos e deu definitiva organização aos campi da capital e do interior do Estado. Seu mandato terminou em 1973.

O vice-reitor de Reale foi Alfredo Buzaid, que exerceu o cargo de diretor da FD em 1966 e foi reitor interino em 1968, durante o mandato de Gama e Silva. No mesmo ano em que assumiu a vice-reitoria, em 1969, o professor e advogado se tornou ministro da Justiça do presidente Emílio Garrastazu Médici, e foi um dos mentores intelectuais do Código de Processo Civil que entrou em vigor em 1973.

***Um dos principais alvos da repressão eram os diretores dos centros acadêmicos (CAs), muitos dos quais foram presos entre 1968 e 1973. Tal fato se devia à resistência e às manifestações contra a Ditadura Militar em praticamente todas as faculdades da USP***

Denúncias e relatos enviados por secretários e diretores dos institutos e faculdades da USP foram importantes fontes de informação da polícia política, como demonstram numerosos exemplos encontrados nas pastas das faculdades montadas pelo DOPS.



Pedido de informações sobre Jan Talpe

Um documento de 2 de setembro de 1966, em papel timbrado da Cidade Universitária e assinado pelo secretário-geral Julio Mario Stamato, é encaminhado ao delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho com o resultado das eleições dos diretórios acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Ele pondera que ainda faltam a lista de eleitos das faculdades de Direito, Higiene e Saúde Pública, Medicina de Ribeirão Preto e Odontologia de Bauru, e que eles serão “encaminhados oportunamente”. Em outubro do mesmo ano, chegam ao DOPS o resultado das eleições restantes e a constituição dos conselhos técnico-administrativos (CTA) das faculdades. Em

resistência e às numerosas manifestações do movimento estudantil contra a Ditadura Militar em praticamente todas as faculdades da USP, em consonância com outras universidades públicas e com algumas instituições particulares, como a PUC.

Na USP, as principais pautas internas incluíam alterar o formato das estruturas universitárias, com comissões que reunissem professores e estudantes de forma paritária. O objetivo era estabelecer uma nova relação entre professor e aluno e construir uma universidade que atendesse às necessidades da realidade brasileira, ao invés de simplesmente copiar o conteúdo e os métodos das universidades euro-

peias e norte-americanas. Em geral, havia um clamor pela democratização da universidade e um forte tom nacionalista nas reivindicações, que se contrapunha ao caráter “colonizado” do acordo MEC-Usaid, que guiava as modificações que o Estado militar pretendia impor ao ensino superior.

Há diversos exemplos de perseguição ao movimento estudantil. Em 2 de janeiro de 1969, um documento em papel timbrado do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, assinado pelo diretor técnico Geraldo Silva Ferreira, é endereçado ao secretário de Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles, solicitando as “dignas providências” para que os doutorandos deixassem a Residência dos Estagiários até as 17 horas daquele dia. Também é pedido que seja mantido o policiamento da Guarda Civil no prédio da Residência dos Estagiários, até deliberação do Conselho de Administração.

Outro documento, de 1973, relata que um investigador (não identificado) teria conversado com o “dr. Ilineu”, diretor administrativo, e com o “dr. Paulo”, diretor da Medicina, no período em que as bolsas pró-labore dos estagiários do curso foram suspensas, o que levou os estudantes a protestar de diversas formas. Os diretores informaram ao investigador que os estagiários do quinto e sexto ano pretendiam fazer uma reunião no interior da escola. “Sendo eles impedidos de realizá-la no interior da Escola, poderá haver tumulto”, encerra o documento.

Um dos principais alvos da repressão eram os membros dos Centros Acadêmicos (CAs), muitos dos quais foram presos entre 1968 e 1973. Tal fato se devia à intensa

resistência e às numerosas manifestações do movimento estudantil contra a Ditadura Militar em praticamente todas as faculdades da USP, em consonância com outras universidades públicas e com algumas instituições particulares, como a PUC.

***Em 1969 Oswaldo Torres, diretor da Politécnica, pediu ao DOPS informações sobre o professor belga Jan Talpe, alegando que, por tratar-se de “funcionário preso em flagrante ou preventivamente”, seria preciso afastá-lo do cargo e reduzir seus vencimentos***

Na pasta da Escola Politécnica foi encontrado um documento de junho de 1973, em que o delegado do DOPS, Tácito Pinheiro Machado, solicita diretamente à Reitoria os dados do então presidente do Grêmio Politécnico, Marcos Alberto Castellano Bruno, após o estudante pedir uma posição da direção da escola e da Reitoria sobre a prisão do colega Marcelo José Chueiri. A Reitoria atende prontamente ao pedido... do DOPS. (A *Revista Adusp* 33, p. 48, relata caso semelhante ocorrido em 1974, quando Luis Carlos Moreira, presidente do Centro Acadêmico Lupe Cotrim, tenta obter da direção da ECA informações quanto ao paradeiro do aluno Álvaro Zini Jr., e também termina preso.)

Em maio de 1969, Oswaldo Fardas Fontes Torres, diretor da EP, enviou uma correspondência ao delegado Alcides Cintra, do DOPS, sobre a prisão do padre belga Jan Honoré Talpe, que era professor-

assistente daquela escola. No documento, Torres explica ao delegado suas preocupações: segundo o artigo 70 do Estatuto do Funcionário Público, parágrafo primeiro, “o funcionário preso em flagrante ou preventivamente, pronunciado ou condenado por crime inafiançável, será considerado afastado do exercício do cargo até condenação ou absolvição passada em julgado” e “durante o afastamento, o funcionário perceberá apenas dois terços do vencimento ou remuneração, tendo direito a diferença, se for, afinal, absolvido”. Seis dias depois, o delegado enviou a resposta de que Talpe estava sob custódia do Estado desde 27 de fevereiro de 1969, aguardando o término do seu processo de expulsão do país.

Pode-se pensar que o diretor apenas se valeu de um artifício burocrático para, com isso, tentar resguardar a segurança física do professor, acusado de subversão por seu envolvimento com o movimento operário de Osasco. Mas Torres também “teve a honra” de encaminhar informações e cópias de documentos do ex-aluno Carlos Alberto Vilches Viceconti, em 14 de agosto de 1970, ao mesmo delegado do DOPS.

Outra arma da repressão foi a invasão de espaços estudantis e a depredação de locais públicos para deslegitimar as ocupações e manifestações dos alunos. Em notícia de 26 julho de 1967, nas *Folhas*, o presidente do CAOC da Medicina afirmou que “trinta homens fortemente armados” invadiram o centro acadêmico à meia-noite: “Depredaram instalações, roubaram docu-

mentos e o que de mais aproveitável havia. Agiram como se o local invadido fosse um perigoso foco de criminosos, precisando, para tanto, entrar de fuzil em punho, prontos para atirar. Na madrugada, soldados e investigadores da Polícia Federal promoveram essa invasão, chegando a percorrer o túnel subterrâneo que liga o edifício da Faculdade de Medicina ao Hospital das Clínicas.”

Ação parecida ocorreu no Direito, em 23 de junho de 1968, depois que estudantes ocuparam por 26 dias as Arcadas do Largo São Francisco. Após o diretor Buzaid haver pedido a reintegração de posse, policiais ocuparam a sede do Centro Acadêmico XI de Agosto até julho de 1968 e, segundo acusação dos estudantes amplamente divulgada nos jornais da época, depredaram a sede. Buzaid dizia aos jornais que a destruição era obra do vandalismo dos estudantes.

A reabilitação dos perseguidos e humilhados e a reparação dos danos causados mal se iniciou. Quem mais avançou nessa seara foi a Faculdade de Medicina, uma das que mais sofreram com a ação ditatorial e as mesquinhas caçadas macartistas. Numa cerimônia realizada em 2008, os cientistas de renome nacional e internacional Maack, Plessmann, Hildebrando, Rey, Saldanha e Rabinovitch receberam da FM o título de “Professor Emérito” (*Revista Adusp* 44, p. 62). O ex-aluno Reinaldo Morano Filho, que militou na ALN, foi torturado e passou seis anos no cárcere, também foi homenageado pela FM por ocasião do centenário da instituição, em 14 de setembro de 2012.